

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 03/2018
(Mandato 2017/21)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2018

CONTÉM 18 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 03/2017 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2018, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23h00. -----

Sumário

Páginas

ABERTURA	3
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA.....	4
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES	4
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	8
ORDEM DO DIA.....	13
INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.....	13
REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	13
NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS	14
LISTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	14
COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA ADEMINHO.....	15
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	18
ENCERRAMENTO	18



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ABERTURA

No dia vinte e nove do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves e Elisabete Dantas Afonso Rodrigues, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia dezoito do mês de junho do ano de dois mil e dezoito. -----

Registou-se a falta dos seguintes membros: Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; e do vereador Sérgio de Sousa Caselhos (PS), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação. -----

Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Elisabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. -----

Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); e Vítor Manuel Rosas da Silva (PS). -----

Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS) foi substituído por Manuel José Miranda.-----
Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS) foi substituída por Marta Sofia Lopes Dantas;-----
António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da União das Freguesias de Formariz e Ferreira (UF) foi substituído por Amílcar Duarte da Cunha Ribas, tesoureiro da UF; -----
Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da União das Freguesias de Insalde e Porreiras (UF) foi substituído por José Augusto da Costa Dias, tesoureiro da UF. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Convidou Elizabete Dantas Afonso Rodrigues para integrar a Mesa da assembleia. -----

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

----- Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da proposta de ata da sessão ordinária realizada no dia 27 de abril de 2018. -----

O Presidente da Assembleia verificando que não havia propostas de alteração à ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, submeteu-a à votação, tendo sido aprovada por maioria com 22 votos a favor, sendo 20 do PS; 1 do PSD e 1 do PCP/PEV e dois votos contra do PSD (João Cunha e Ricardo Marinho). -----

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita, nos termos do nº 5, do artigo 34º, do Regimento da Assembleia Municipal: José Augusto Brito Pacheco (PS); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Marta Sofia Lopes Dantas (PS), Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da UF de Cossourado e Linhares, Amílcar Duarte da Cunha Ribas, tesoureiro da UF de Formariz e Ferreira. -----

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

----- Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções. - -----

Não houve informações dos representantes da assembleia municipal, nas comissões. -----

Manuel Monteiro (PS): na última assembleia municipal tivemos a oportunidade de iniciar um debate importantíssimo para os municípios de Paredes de Coura. Estou a referir-me à eventual adesão do município ao chamado acordo de parceria para a gestão das águas. Dado que é uma temática extremamente sensível para todos nós, para os municípios e para o futuro deste concelho, e que exige, a nosso ver, uma apurada e ponderada decisão; e dado que na comunicação social temos vindo a ler algumas notícias sobre o sentido de adesão ou não adesão do conjunto de municípios do Alto Minho, perguntava ao senhor presidente da Câmara em que ponto se encontra a situação das negociações com as Águas de Portugal e se se perspetiva ou não uma adesão do Município a este acordo de parceria. -----

É de extraordinária importância a informação que esta assembleia deverá ter para discutir plena e conscientemente uma eventual adesão ou uma eventual não adesão. É isto que está em causa e foi esse o debate que iniciámos na última assembleia municipal e o grupo municipal do Partido Socialista quer ver esta questão tratada com a máxima ponderação e a máxima informação que o Executivo deve dar a esta assembleia. É neste sentido que eu questiono o senhor presidente para que nos faça o ponto da situação da relação que eventualmente esteja a ter em todos os domínios deste eventual acordo de parceria. -----

Presidente da Câmara: de facto, até parece que o assunto já está decidido, pelas notícias que são veiculadas na comunicação social, em que Paredes de Coura surge como parte da parceria. O que tem acontecido é que, caso a caso, as câmaras municipais têm vindo a aprovar a sua adesão. E quase todas as propostas apresentadas às assembleias municipais foram aprovadas. -----

A adesão ou não adesão de Paredes de Coura à parceria pública teria de passar, primeiro, pela aprovação da Câmara e, posteriormente, pela aprovação na Assembleia Municipal. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Então as pessoas poderão perguntar se Paredes de Coura está atrasada ou está adiantada. A resposta é: nem atrasada, nem adiantada. Está num processo de apresentação de informação sobre o assunto, que é extensa. Só depois do documento fechado, definido com regras claras, de forma a que não haja dúvidas, é que será submetido à apreciação da câmara e posteriormente da assembleia, para o vosso escrutínio e a vossa decisão. -----

O debate pode persistir, mas neste momento não há decisão, e sei que há pessoas que poderão pensar que há aqui alguma estratégia política. Estamos a reunir a documentação, fizemos uma primeira apreciação na última assembleia, por iniciativa de Celina Sousa, membro do PCP/PEV que lançou o debate. E, como ela disse, e muito bem, é um assunto pertinente. -----

Como sabem, as Câmaras Municipais têm gerido a água, dentro das suas limitações e, cada vez mais, é quase impossível subsidiar o preço da água, porque o regulador da ERSAR impõe regras mais definidas em que o sistema não pode apresentar défice tarifário. Até agora, a ERSAR ia dando liberdade às câmaras e estas iam fazendo uma gestão mais ou menos rigorosa e foram obrigadas, durante algum tempo, a aumentar o preço da água, mas há uma coisa em que, não há realmente hipótese, qualquer que seja a decisão, o preço da água vai mesmo ter de aumentar. As câmaras municipais que não aderirem também vão ter de aumentar o preço da água. Entendo que o debate seria muito mais pertinente a partir do momento em que o conjunto de documentação, com toda a informação e as condições e os pressupostos, estejam definidos, para cada um poder defender a sua posição. Não há argumentos ideológicos, porque tanto há câmaras do PS, como câmaras do PSD a aderir ou não. Agora, a situação é esta: logo que esses documentos estejam prontos, com regras claras, objetivas, concisas, faz todo o sentido o debate no sentido de ser tomada uma decisão objetiva e consciente.-----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): em relação a este tema tinha várias questões a colocar, mas como o senhor presidente da Câmara informou que, para já, estamos numa fase de estudo, pergunto: quando prevê que esse estudo esteja fechado para podermos começar a estudar todas essas questões? -----

Presidente da Câmara: quando se negoceia um contrato de parceria pública há duas entidades e nunca vamos trazer à vossa consideração um contrato, eu diria, desequilibrado. Quando houver um contrato definido, com regras que considerarmos equilibradas, podemos propor à vossa apreciação os documentos fechados. Não é conveniente propormos documentos sem estarem devidamente estudados. De todos os documentos que vão receber, há um que se chama contrato de parceria pública. Quando considerarmos que o tal contrato de parceria pública defende os interesses dos courenses, quando consideramos que essas regras estejam fechadas e que o contrato é equilibrado e justo, naturalmente que essa negociação será realizada e apresentaremos o documento para discussão, apreciação e votação. Quer seja para aderir, quer seja para não aderir, é preciso dizer que os próximos tempos serão primordiais até porque há alguma urgência ditada pelas candidaturas aos fundos comunitários. -----

Aliás, muitas das câmaras municipais estão a aderir porque os próximos investimos, necessários e urgentes, são investimentos de muitos milhões. O que fizeram quase todos os municípios, bem ou mal, foi deixar que os sistemas permanecessem irracionais, não cobrindo custos e sem a preocupação em investir. Esta situação das águas e da adesão ou da não adesão já se arrasta há dez anos. Lembro-me que, desde 2008, se fala num sistema intermunicipal, ou num sistema misto. Aqui no distrito, nunca se falou no caso de uma concessão a privados, e ainda bem. O que se falou foi num sistema intermunicipal em que os dez municípios estavam agregados ou num sistema com as Águas de Portugal: Obviamente que esta situação leva a que agora sejam necessários muitos investimentos e, meus caros, as câmaras não têm dinheiro próprio para investir e depois ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

têm uma outra condicionante: as câmaras isoladas ou seja, as câmaras que não aderirem, não têm a capacidade de se candidatar aos fundos comunitários, porque uma das regras de candidatura aos fundos é existir parceria, agregação. Esta é a situação. Não funcionamos com a pressão dos fundos comunitários. Vamos fazer a proposta quando acharmos que há um documento final que é equilibrado e objetivo e que, por isso, deve ser levado à vossa consideração. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): para quando a apresentação deste contrato, para debate e votação do mesmo, uma vez que já tinha falado do assunto na sessão anterior? Tenho conhecimento que as câmaras de Monção, Melgaço e Ponte da Barca votaram contra, todas as outras, à exceção de Ponte de Lima e de Paredes de Coura, levaram à sessão da assembleia deste mês de junho a apreciação do contrato. O presidente referiu que este contrato ainda está a ser debatido entre os vários parceiros e gostava de saber porque é que os outros municípios já estão a apresentar o contrato. Eles não estão a negociar? A negociação é feita individualmente? Não deveria ser feita por todos os municípios? -----

Presidente da Câmara: O presidente refere que essa é uma pergunta muito pertinente e seria conveniente fazê-la às câmaras referidas-----

Celina Sousa: se há um *timing* próprio para isto ser aprovado porque é que alguns têm de ser tão rápidos e nós, pelo contrário, temos tanto tempo para debater essa questão? Será que eles estão a adiantar-se ou somos nós que estamos a ficar para trás? Se o assunto é tão importante porque é que eles estão a debater o assunto com tanta rapidez? -----

Presidente da Câmara: uma vez que não é adepta da adesão, por que razão está tão preocupada? -----

Celina Sousa: PCP/PEV: não sou adepta da adesão, nos termos em que ela está a ser proposta.-----

Presidente da Câmara: porque é que indaga sobre o documento? É para aprovar ou para não aprovar? -----

Celina Sousa: PCP/PEV: é simplesmente para debater. Se ainda está em negociação, por norma, não se deveria debater em nenhum município. -----

Presidente da Câmara: o contrato é feito por duas partes e o fechar de um contrato depende de uma das partes. Se dependesse apenas da nossa parte, apresentávamo-lo já e convocaríamos de imediato reuniões extraordinárias da Câmara e da Assembleia. -----

Celina Sousa (PCP/PEV): se já estão a debater a parceria dos 49% ou 51% e se Paredes de Coura ainda está a negociar, é possível haver contratos diferentes ou Paredes de Coura não tem nenhuma palavra a dizer, se os outros concelhos já aceitaram? -----

Presidente da Câmara: essa pergunta terá de ser feita aos presidentes de câmara, para saber a razão de terem aderido tão rapidamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Celina Sousa (PCP/PEV): se ainda estão a negociar e outros já fizeram o acordo, a nossa opinião depois valerá para alguma coisa? -----

Presidente da Câmara: os outros municípios podem ficar na parceria e nós podemos não a aceitar. A adesão é feita individualmente e não lhe posso responder pelos outros. Até sob o ponto de vista ético, não me devo pronunciar quanto aos outros municípios. -----

Celina Sousa: tenho receio que a partir do momento que eles aceitem nós fiquemos sem margem de manobra. --

Presidente da Câmara: não se deve preocupar com isso, na medida em que ficaremos sempre com margem para negociar. -----

Celina Sousa: se o problema fosse ficar fora da parceria, não haveria problema nenhum, mas deixo para o debate essas e outras questões. -----

Ricardo Marinho: a questão do acesso aos fundos para o investimento para a água só acontece se for feito a nível intermunicipal. Pergunto a opinião do presidente da Câmara, sobre a resolução 51/2018, aprovada neste ano em sessão da Assembleia da República, que passo a citar – “Recomenda ao Governo que assegure o acesso a todos os municípios, sem restrição, aos fundos comunitários para investimento no ciclo urbano da água” e este investimento inclui tudo o que está previsto nesta futura parceria.-----

Presidente da Câmara: essa proposta é a mais básica possível. Também a educação deveria ser tendencialmente gratuita e nós pagamos muitas coisas, é a diferença entre que está na Lei e o que acontece na realidade, na educação e na saúde. Porventura, até encontra na Constituição da República Portuguesa que a água é um bem público inalienável, só que uma coisa é o quadro legal e outra coisa é o novo aviso que vai sair que diz: quem não está agregado, não concorre. Isto é uma forma de pressão, que até pode ser discutível, para acabar com os sistemas individuais da água, que são irracionais e não permitem, pelo menos, o equilíbrio financeiro e o investimento na rede e depois o que acontece quando se descobre que esses sistemas estão completamente falidos e que não há capacidade de arranjar a infraestrutura? -----

A água é um serviço público ou tendencialmente público e, naturalmente, enquanto houver esses défices as autarquias não os conseguirão cobrir, acabando por resvalar para o Estado. Penso que é injusto e penso que é uma forma de pressão. E a pressão não é só deste Governo, porque este Governo até permite a constituição de sistemas intermunicipais e de sistemas de parcerias públicas, mas o que estava a acontecer com o anterior Governo era a condução para a privatização. Mas este debate não tem carácter ideológico, porque os primeiros municípios a idealizar este tipo contrato de parceria pública foram câmaras do PCP, que se mostravam incapazes de gerir o sistema. Portanto, isto é, acima de tudo uma questão de racionalidade económica. -----

Manuel Monteiro: só para reconhecer e louvar a prudência com que está a ser gerida esta eventual parceria de gestão pública. E louvá-la porque, mesmo num contrato de adesão pública, o contrato tem de ser minuciosamente escrutinado e minuciosamente negociado. Isso, nós saudamos, independentemente de serem privados ou públicos, porque sabemos mesmo que o Estado central ou as empresas públicas, como é o caso das águas, se puderem, fazem contratos leoninos, e temos assistido a isso em muitas situações. Portanto, senhor presidente,

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agradeço a disponibilidade com que nos informou e provavelmente haverá muitas questões que estarão ainda em negociação, pelo que nos apercebemos, mas reconhecemos a prudência com que está a gerir esta situação e a discutir o contrato de adesão. -----

Presidente da Assembleia: terminamos aqui este assunto apresentado pelo Partido Socialista. Intervieram todos os partidos, e o senhor presidente respondeu às questões. -----

Outros comentários proferidos à margem, principalmente pelo porta voz do PSD, são inapropriados a este tipo de reuniões políticas, e peço para moderar a sua postura quando se refere às intervenções dos outros membros, na medida em que estamos numa assembleia municipal, que tem regras. -----

Todas as pessoas podem intervir dentro das suas competências e de acordo com os assuntos que estão a ser tratados e, por favor, não volte a usar esse tipo de linguagem. Se não o fizer, a Mesa terá de tomar medidas. Não vamos tolerar outra vez esse tipo de atitude. -----

João Cunha pede para intervir alegando que tem direito à resposta. -----

Presidente da Assembleia: dou-lhe a palavra, mas não para falar sobre o assunto cuja discussão já terminou. ----

João Cunha: é demasiado lamentável aquilo que eu pude assistir e se calhar por respeito às pessoas não vou dizer aquilo que estou a pensar nesse momento. Infelizmente também não sabe, não fez sentido aquilo que o presidente da Assembleia proferiu, acabo por dizer que quero dar os parabéns à Dra. Luísa Castro pela forma elevada, muito elevada, como conduziu os trabalhos na última assembleia. Isto é para responder às suas palavras. - -----

Presidente da Assembleia fica registado e peço que considere as suas últimas palavras, porque o presidente da Assembleia tem competência para chamar a atenção dos membros da Assembleia. -----

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal. -----

Celina Sousa: um serviço que funciona bem no Município, mas infelizmente a falta de civismo obriga a que o traga aqui. Têm sido detetados vários “monstros” depositados nas florestas. Assim, sugiro que o serviço da recolha de monstros seja mais divulgado junto da população, bem como a forma de lhe poderem aceder.-----
Outra questão, é sobre a pequena agricultura do concelho, que cada vez está mais desaparecida. Vê-se o abandono dos terrenos e das levadas públicas, públicas no sentido de servirem várias pessoas. E o que me parece, em algumas freguesias, é que muitas vezes a falta de manutenção dessas levadas tem levado a que as águas andem perdidas e, tenho a sensação, se não estou em erro, que muitas vezes essas águas entram na rede quando há rutura da rede de esgotos, o que é um prejuízo para o município. A minha sugestão passava, eventualmente, com a ajuda das juntas de freguesia, por tentar fazer um levantamento desses casos e tentar responsabilizar um pouco mais os consortes das levadas para evitar esse tipo de situações. Não é fácil porque muitos deles já faleceram e há herdeiros, mas era uma forma de minimizar o prejuízo que o município tem na rede, porque no fundo quando não há ninguém para responsabilizar, quem acaba por ser responsabilizado é o Município. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ricardo Marinho (PPD/PSD): são duas questões. A primeira é uma questão menor, levantada aqui por Rosalina Martins, que tem a ver com a iluminação da praia fluvial do Taboão. O senhor presidente foi questionado aqui na última assembleia e disse que o problema estaria a ser resolvido. Não sei qual é o ponto da situação, mas o problema continua por resolver. A minha outra questão tem a ver com o projeto “Portugal Mata Viva” que, ao que parece, fechou portas. Gostava de saber se o projeto encerrou, se sim, porquê, se não aconteceu, porque é que tem as portas fechadas e não está a funcionar, e se não está a funcionar, se o protocolo que o Município tem com o Portugal Mata Viva permite recuperar algum do dinheiro investido. Caso o projeto tenha terminado, porque é que ainda não houve uma explicação oficial da Câmara Municipal? -----

Joaquim Felgueiras Lopes (PS): agradeço por ter sido convidado porque, em quarenta anos de autarca, sinto-me lisonjeado por ter sido convidado pelo atual presidente da Câmara. Exerci os cargos de secretário e presidente da junta, de membro da assembleia da freguesia e agora sou membro de pleno direito da assembleia municipal. Queria deixar esta mensagem porque nestes anos que estive na assembleia de freguesia, pensei que alguma coisa tivesse mudado, principalmente, no respeito, na educação e, acima de tudo, na maneira de tratar as pessoas. Exerci muitos cargos e fiquei magoado com a falta de respeito pelos colegas, pelas pessoas e pelos órgãos que se verificou na última assembleia. Esperava que tivesse havido alguma evolução nesse sentido, mas não. Temos de respeitar-nos uns aos outros e não faltar ao respeito a quem dirige os trabalhos, seja na Assembleia, seja na Câmara. -----

Presidente da Câmara: estamos cá há mais de cinco anos e as pessoas ainda não nos conhecem. Pensam que a atividade da câmara municipal se resume a estratégia política, coisas maquiavélicas, mas isso não interessa, o que interessa é governar em nome das pessoas. -----

Quanto à chamada de atenção da luz pública, se calhar está mal, mas vai continuar. Há coisas que conseguimos fazer e outras não. Como se devem recordar, fizemos uma campanha eleitoral a falar das nossas insuficiências. Temos muitas e por muito que se trabalhe não se consegue cumprir tudo. Ricardo Marinho questionou sobre a luz pública e deve continuar a chamar a atenção, porque a democracia também é isso. Nem imaginam quantos presidentes de junta pediram extensão de iluminação e ainda não a têm. Há pessoas que pediram obras que ainda não conseguimos fazer. Porque há sempre o equilíbrio entre os recursos que temos e as necessidades. E muitas vezes pode ser por insuficiência ou por dificuldade ou até por outro motivo que nos possa ser imputada a responsabilidade. -----

No caso da recolha de monstros, se calhar, temos de fazer mais divulgação. Também concordo que podemos fazer melhor. -----

Quanto às levadas, o vereador Tiago esteve na elaboração de algumas candidaturas e no acompanhamento do processo dos regadios e pode tecer algumas considerações sobre isso, no entanto, acontece que muitas levadas são privadas e, legalmente, o Município não se pode substituir aos privados. -----

Em relação ao projeto Mata Viva, seria demagogia dizer que não aconteceu nada. Há duas entidades, a Associação, que é o nosso parceiro e é com quem temos o protocolo, e uma empresa que estava a prestar assessoria à implantação dessa associação. Por problemas pessoais ou outros, a empresa, embora continue a ter representação em Portugal, nesta altura está em Israel e na Grécia. Nas reuniões que já tivemos com a Associação, uma das coisas que eu lhes disse é que eles podem ter vários tipos de funcionamento. Com a porta fechada ou com a porta aberta. O que eles estão é incumbidos de prestar um serviço à comunidade e brevemente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vão ser apresentados alguns trabalhos e vão ser feitas algumas sessões públicas, porque o protocolo que temos é com a Associação. E essa Associação continua viva, continua a reunir com alguns proprietários. Mas vocês podem dizer que querem a porta aberta todo o dia. Isso é outro problema, a atividade deles, ao fim de um ano, tem de ser avaliada e escrutinada, concordo. Já o Brasil Mata Viva é um projeto económico, financeiro, obviamente ligado à sustentabilidade, que tem relação política com alguns governadores do Estado do Brasil e com alguns agricultores do Brasil, mas a realidade portuguesa é muito diferente. Nós não temos floresta nativa, temos floresta de exploração, o nosso sistema agrícola é completamente diferente e o compromisso com a câmara é de desenvolver trabalho com a comunidade. Ao fim de um determinado tempo, avalia-se esse trabalho. Ter a porta aberta ou fechada não me importa, o que eu quero, e as pessoas de Coura também, é resultados. -----

Vereador Tiago Cunha: a crítica à questão dos monstros é merecida, mas já está identificada. Está em fase final a impressão de um autocolante com os contactos e informação para que as pessoas recorram ao serviço de recolha de monstros e também para separação dos resíduos de modo a que possamos ver alguma diminuição dessas lixeiras que, por falta de civismo, é preciso dizer, continuam a ser muito frequentes. -----

A apreciação aos regadios também é justa. O problema dos regadios é que não são espaços de intervenção pública, os regadios não são, por natureza, de uma única pessoa, mas de uma comunidade ou uma junta de regantes, que se organiza e à qual a Câmara Municipal tem de pedir responsabilidade, caso exista um dano na via pública. Hoje em dia a dificuldade é enorme para conseguir identificar todos os regantes. O trabalho que foi feito, apesar de todas as críticas serem merecidas porque alguns regadios ainda não estão em funcionamento pleno, foi um trabalho brutal de identificação de todas as juntas de regantes e constituição de todas as juntas de regantes, e vejo aqui muitos membros que participaram nas reuniões e neste processo de legalização administrativa, e apesar das candidaturas feitas e que foram muitas, penso que foram aprovadas três candidaturas, com a intervenção de algumas das pessoas que estão aqui. É evidente que é um trabalho que se tem de continuar a ser feito. -----

O problema que Celina Sousa refere é um problema específico das infiltrações no saneamento, sendo difícil de identificar e na maior parte dos casos, quando é identificável, é de fácil resolução, mas o problema está na sua identificação. Só o detetamos quando os regantes acusam a falta da água. E como infelizmente as pessoas usam cada vez menos a água para regar é muito mais difícil de conseguir identificar. Agora, se me disser que tem conhecimento de algumas situações que revelam a infiltração de um regadio para um saneamento que está identificado, eu agradeço. Realmente, com as juntas de freguesia, sempre pedimos esta nota. Agradecemos porque é um encargo enorme para o Município. O saneamento aumenta o volume de tratamento desnecessariamente. Sempre que isso acontecer, peço que nos avisem. O ideal seria que nós fizéssemos o levantamento exaustivo de toda a rede, verificar essas infiltrações e colmatar todos esses problemas. Creio que será um projeto de futuro, com recurso a fundos comunitários. -----

João Cunha (PPD/PSD): quanto às candidaturas de regadios, relativas à agricultura e florestas, é uma área completamente descurada pelo executivo municipal, desde há cinco anos. Claramente, eu posso pegar num programa eleitoral da primeira candidatura do Partido Socialista e ver eliminadas uma série de medidas e de propostas que constavam do primeiro programa e que depois desapareceram. Não sei o que foi feito porque surgiam dali uma série de promessas que nunca houve intenção, quanto mais, intervenção e conclusão das mesmas. Quanto ao regadio, é um assunto que me é caro, deveria ser uma aposta da Câmara Municipal, sem dúvida alguma. Vai ao encontro daquilo de que falávamos sobre as águas porque, quanto ao tema água, nós devemos estar realmente preocupados, porque somos autossuficientes e a água de Paredes de Coura tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualidade, sempre teve e deve ser tratada e cuidada. Porque desconheço, eu preciso de muito mais esclarecimentos relativamente à forma como entramos neste processo. Não culpo o executivo atual, mas o anterior. Eu quero informações precisas, o que ficamos a ganhar, quero ver as vantagens e desvantagens deste processo, para saber se devemos, ou não, aderir. -----

O Presidente da Assembleia recordou que esse assunto já estava encerrado. -----

João Cunha: este assunto faz todo o sentido, na medida que é um tema importante. E quando os temas são importantes acho que deveria ser o presidente da Assembleia, não como courense, mas como presidente da mesa, a mostrar cuidado. -----

Relativamente a este assunto, eu gostava de saber quantas candidaturas foram apoiadas e de que forma foram apoiadas, qual foi a medida objeto de candidatura, quantas juntas de regantes foram contactadas, quais e qual o apoio que foi dado pelo Município a estas mesmas candidaturas. Não podemos é, em Assembleia Municipal, sacudir a água do capote, porque aquilo que eu ouvi aqui é que não são espaços de intervenção do público, claro, quando nada se faz, e claramente não custa nada apoiar as juntas de freguesia, não custa nada apoiar as juntas de regantes e eu até faço parte de uma e pergunto ao senhor vereador, já que conhece as juntas de regantes e quais são os courenses que delas fazem parte, se tem conhecimento ou não que eu faço parte de uma, por acaso em Castanheira. -----

Presidente da Câmara: é uma mistura de água, floresta, regantes e muitos assuntos, mas alguns são pertinentes. É evidente que continuam a insistir que nós nunca fazemos nada. O que é facto é que as pessoas de Coura têm demonstrado que é precisamente o contrário. Mas pode ser que o sítio onde vivemos seja diferente. --- Estou a ver que se trata do estigma de sermos pessoas más que só gerimos com estratégia e não fazemos nada. Eu não percebo e é um caso de estudo até, como é que se explica isto em termos eleitorais? É difícil de compreender. -----

Apesar de serem difusas e confusas, vamos tentar responder às questões, porque este é um dos princípios da democracia. Obviamente, há um assunto em que insisti e há uma coisa que tem de começar a perceber: estamos cá para ajudar, mas também há aqui muitas pessoas que fazem parte da associação de agricultores que se devem juntar e fazer, também, algum trabalho pela agricultura. A Câmara Municipal não tem capacidade de substituir a iniciativa privada. Paredes de Coura tem permanecido num bom estado de desenvolvimento e isso deve-se, obviamente, numa parte pequenina, à Câmara Municipal, mas também à iniciativa privada com quem também temos trabalhado, mas não pensem que a Câmara pode fazer tudo. E porque não conseguimos, e nem temos essa capacidade, tal como acontece noutras Câmaras, também admito que esse discurso político seja aceitável, admito que sim, agora o que eu acho é que não traz grandes resultados eleitorais. Nós devemos estar aqui e responder às questões, têm o direito a toda a informação. Já que voltou à questão da água, só não se discutiu o assunto da água, como disse, e bem, porque temos de ter a informação toda, informação objetiva, vantagens, desvantagens. É precisamente isso! Ao fim de algum tempo podemos concordar. -----

Vereador Tiago Cunha: agradeço a João Cunha, por ter colocado a questão que é sempre legítima. Eu ia um bocadinho antes e punha a tónica nas florestas. Eu percebo que na linguagem da assembleia, tudo o que é feito nunca é o suficiente. E eu interpreto a sua intervenção como forma de incentivo e não de uma forma destrutiva. Quando diz que não foi feito nada relativamente às florestas eu sei que ainda temos muito a fazer, mas destaco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui três coisas, como por exemplo, a implantação da rede primária que me parece que por muitos concelhos que observe à volta terá muita dificuldade em encontrar, são cerca de quatrocentos hectares de limpeza e beneficiação de caminhos. Grande parte dessa intervenção não foi financiada, mas suportada por meios próprios do Município e isso foi um grande investimento na floresta. Não sei se considera dessa forma, mas deixo ao seu critério. -----

A questão da execução de um plano de fogo controlado, é disto que estou a falar, que é exemplo e não estou a dizer que é exemplo no distrito, é bem mais do que no distrito. Não sei se teve oportunidade de estar cá, mas como é uma pessoa interessada e muito ativa nesta área, tenho a certeza que esteve no encontro internacional em que estiveram presentes, além de alguns elementos do Governo, as entidades regionais ligadas à agricultura e às florestas. -----

E, por último, aquela que tem a maior visibilidade e sei que tem conhecimento disso, que é a constituição de uma ZIF, uma zona de intervenção florestal que era uma aspiração muito grande há muitos anos, e, que nada mais nada menos, abrange toda a área do concelho. Será única segundo os peritos, e nós não fizemos isto dessa forma intencional e para ter esse reconhecimento, mas será a única a que corresponde à área de um concelho. Portanto significa que existe uma unanimidade, desculpem, e eu não estou a falar do meu trabalho, estou a falar do trabalho de todos, acho que existe uma unanimidade e um reconhecimento de que há mérito nessa iniciativa. Estou só a destacar três, não quero ser entediante e não quero que as pessoas entendam que dizemos aquilo que fazemos, mas tenho a certeza e fico convencido disso. Não estou satisfeito e nenhuma das pessoas que está aqui está também satisfeita. -----

Em relação à questão dos regadios, não vou dizer-lhe que conheço todas as pessoas que integram as juntas de regantes. Era demasiado arrogante da minha parte ter essa atitude. Posso dizer-lhe, não agora, quantas candidaturas foram feitas e quantas juntas de regantes foram regularizadas. A existência das juntas de regantes não é bem uma questão técnica fácil. A lei é dos anos 80 e, às vezes, é muito difícil de sequenciar. Eu tomei nota dessas questões que me coloca, qual o número de candidaturas e qual o apoio da Câmara. Em relação ao apoio da câmara, não temos competência direta nessa candidatura. A Câmara, o que financiou e que incentivou através de ações do CLDS, foi a criação de uma estrutura associativa que agregue todas as juntas de regantes e, era isso que estava a referir há pouco, com o objetivo de maximizar a possibilidade de submeter candidaturas. Se tiver oportunidade, poderei reunir consigo e explicar-lhe o projeto, mas foi público e todas as juntas de regantes, incluindo, se calhar, aquela que refere que aderiu, tomaram conhecimento desse intuito e está em todas as atas e tenho toda a documentação, não comigo, mas posso ir buscá-la. -----

Pensei que me fosse falar de uma outra questão, que tem a ver com a lista dos regadios prioritários, esse sim um problema muito grave e que as câmaras municipais e todas as entidades herdaram; e essa lista de regadios prioritários, ninguém sabe como é que foi decidida, mas sabem o ano em que foi decidida e curiosamente é muito seletiva em relação aos regadios que prioriza e aos que foram intervencionados, embora ninguém consiga determinar qual foi o critério que esteve subjacente a essa lista. Esse sim foi um problema muito grave e nós debatemo-nos por ele e continuaremos a debater e, se calhar, num futuro muito próximo, possamos reverter o problema. O objetivo era que todos os regadios fossem intervencionados. E esse objetivo mantemo-lo, é evidente, conseguiremos quando conseguirmos, esperemos que sim. -----

Tendo atingido o tempo limite para o período de antes da ordem do dia, o presidente declarou-o encerrado -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.-----

João Cunha: pede a palavra para intervir com direito à resposta. -----

Presidente da assembleia: o tempo limite para o período de antes da ordem do dia já acabou. -----

João Cunha: quero um ponto de ordem. -----

Presidente da Assembleia: não se justifica um ponto de ordem. O tempo do período de antes da ordem do dia, terminou. Foi utilizada 1H20, tempo mais que suficiente. Informo que na próxima sessão irá distribuir-se o novo Regimento.-----

Quanto à intervenção de Joaquim Lopes, o art.º. 17º do Regimento da Assembleia Municipal diz “são deveres dos membros da assembleia respeitar a dignidade da Assembleia Municipal, e dos seus membros, acatar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento, bem como respeitar a autoridade de que está investido o presidente da Mesa”.----
Sempre seguimos o regimento e vamos fazê-lo para o futuro. -----

Quando um período da Assembleia tem um determinado tempo e esse tempo se esgota, estando devidamente tratado, temos de fazer cumprir com bom senso o regimento. Os partidos colocaram as suas questões, obtiveram a resposta do senhor presidente e do senhor vereador e, portanto, vamos passar à ordem do dia.-----

Presidente da Câmara: a informação escrita tem um relatório detalhado do que foi feito. Retrata de forma objetiva toda a atividade do Município, tendo em consideração as circunstâncias financeiras. -----

Quanto à situação financeira, mostra que há uma gestão rigorosa e que estamos no bom caminho. À medida que avançamos, além de reduzirmos a dívida, teremos mais capacidade para investir. Estaremos prontos e com melhores condições para algum investimento estrutural ou algum investimento que exija maior fôlego financeiro. --
E temos vindo a governar com rigor porque, embora sejamos uma câmara de esquerda, não é possível ser-se de esquerda sem capacidade financeira. E é isso que nós temos vindo a fazer também com grande compreensão por parte dos presidentes de junta que exigem da Câmara obras importantes para as suas freguesias. Mas temos de conciliar a atividade do município com as atividades das freguesias. Obviamente, que os presidentes de junta não estarão completamente satisfeitos, mas com o esforço de todos vamos chegar ao fim do mandato também com obras nas freguesias. Portanto, também peço alguma paciência com as solicitações que façam. -----

REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Ponto n.º 2 - Apreciação discussão e votação de proposta de minuta de contrato interadministrativo de delegação e partilha de competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), entre a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e o Município de Paredes de Coura, que se anexa a esta ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Câmara: A regulação do serviço de transportes do distrito estava dependente de Lisboa, no caso do Instituto da Mobilidade e Transportes. Agora, essas competências foram transferidas para as autarquias que por sua vez as transferiu para a CIM. O que faz sentido é que o serviço de transportes e os serviços públicos - obviamente também existem os de âmbito privado inerentes e um serviço público de transportes - e naturalmente esses serviços ao passarem para a CIM serão decisões mais estruturais e que vão ser objeto de um concurso internacional. -----

Há pessoas que ficaram apreensivas por considerarem que durante o período de abertura do concurso os transportes iam deixar de funcionar, mas isso não vai acontecer. Enquanto não é selecionado novo concessionário, naturalmente que os transportes continuam a ser assegurados pela concessão anterior. -----

Foi uma decisão aprovada por unanimidade e naturalmente o assunto não diz muito às pessoas, mas eu acho que vai permitir uma nova agilidade e mais eficácia, considerando que as decisões dependem apenas do conjunto de municípios e das assembleias municipais e não de uma autoridade distante, em Lisboa, e que muitas vezes nem conhece o território. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de minuta de contrato interadministrativo de delegação e partilha de competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), entre a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e o Município de Paredes de Coura, que se anexa a esta ata como seu documento e dela fica a fazer parte integrante. -----

Celina Sousa referiu que, tendo em conta a leitura do contrato e desde que não comprometa o serviço prestado aos cidadãos, vota a favor. -----

O ponto nº 02 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. para o ano de 2018, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Não houve intervenções. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal para nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. para o ano de 2018, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

O ponto nº 03 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

LISTA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto nº 04 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-05-2018, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 15-12-2017, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA ADEMINHO

Ponto nº 05 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação dos critérios da comparticipação financeira plurianual do Município e respetivo plano de pagamentos, na ADEMINHO, Associação para o desenvolvimento do Ensino e Formação Profissional do Alto Minho Interior. -----

Manuel José Miranda saiu da sala. -----

Presidente da Câmara: é do conhecimento geral, nomeadamente desde a sua entrada na Câmara Municipal que os documentos de prestação de contas e documentos previsionais sempre incluíram no seu conteúdo a consolidação de contas da ADEMINHO. -----

Sobretudo a partir de 2010, o quadro de apoio ao ensino profissional mudou radicalmente. Até aí, o critério era de apoiar os custos reais das escolas profissionais e a partir dessa data iniciou-se um sistema de financiamento baseado nos custos unitários, o que provocou a diminuição do financiamento e consequentemente o agravar do défice já existente a esta data e esse défice naturalmente já existia. -----

No mês de abril, os três parceiros da ADEMINHO, Paredes de Coura, Monção e Melgaço, reuniram-se para analisar o défice e as formas de comparticipação da ADEMINHO. Os critérios para proceder à correção do défice, foram fixados pelos presidentes das câmaras que compõem esta Associação, conjuntamente com os revisores oficiais de contas e os contabilistas municipais. Estes critérios basearam-se no número de alunos, e das médias da receita e da despesa, por se ter entendido serem os mais justos e equitativos para todas as partes. -----

A partir desses critérios, foram fixados os valores das comparticipações que constam da proposta enviada. -----

Há, obviamente, um maior esforço nos primeiros anos, que depois se atenua. -----

O valor geral do défice é de cerca de dois milhões de euros: o município de Monção com 45%; o município de Paredes de Coura com 37,5% e o município de Melgaço com 17,5%. Isso leva a que Coura tenha um encargo de cerca de setecentos e oitenta mil euros, Monção tem de fazer um esforço financeiro de quase um milhão de euros e Melgaço cerca de quatrocentos mil euros. -----

Com esta decisão, encerra-se uma situação com alguns anos e já existente à data da minha entrada como presidente desta Câmara Municipal. A minha intervenção sempre foi feita de forma objetiva, até porque durante as sessões algumas pessoas foram levantando a questão da transparência e do rigor, e sempre obtiveram uma resposta concreta, clara e objetiva acerca do assunto. -----

Nos últimos quatro anos, na escola secundária de Paredes de Coura foram investidos quatrocentos mil para a primeira fase das obras sem comparticipação e, atualmente, está em curso um investimento de quase dois milhões de euros, relativos às obras e de quase duzentos mil euros de mobiliário e equipamento informático. -----

O investimento na EPRAMI é para continuar, de modo a garantir a qualidade do ensino ministrado. Sabemos que a grande vitalidade das empresas no concelho se deve muito aos alunos da EPRAMI, sobretudo aos alunos de mecatrónica. Também graças aos professores e ao corpo docente da EPRAMI, se não fosse aquele manancial de muitos jovens formados em mecatrónica, dificilmente teríamos quadros para montar todos os sistemas de robotização e de injeção de plástico que está a ser feito, por exemplo na MGI Coutier. -----

E na ADEMINHO não há Fundo Social Europeu. Foram até os próprios professores, quando fomos lá assistir às PAP, que salientaram por exemplo o robô da ABB. É preciso ter tecnologia, porque aquilo não é uma escola de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

papel e caneta, e um robô custa à volta de 75 mil euros. E não há, neste momento, nenhuma candidatura de fundos comunitários que financie um robô. -----

A diminuição da natalidade provocou uma competição brutal entre as escolas profissionais. Cada vez há menos miúdos, e cada vez há uma disputa maior pelos alunos. E não vamos lá, porque às vezes até podemos ajudar na comparticipação da compra de um computador, mas não podemos dar “iPads” nas inscrições, não podemos estar aqui a dar coisas, como há instituições que dão. Temos é de ser competitivos e como o curso de mecatrónica também existe aqui no distrito, temos de transformar a escola profissional numa escola que seja competitiva do ponto de vista tecnológico. Paredes de Coura já fez um grande esforço de empregar muitas pessoas na indústria, mas agora, e até os membros da assembleia do PSD já o alertaram, é um facto, temos de começar a apostar também num emprego mais diferenciador, num emprego mais tecnológico, num emprego que exija alguma formação intermédia e é esse trabalho que nós estamos a fazer. Acho que se há investimento que devemos fazer, e estou a dizer isto com convicção, é na educação e na cultura, a melhor forma de mobilidade social, a melhor forma de promover a igualdade e, portanto, continuaremos a apostar na educação e, obviamente, como são dois setores que se interpenetram, vamos continuar a investir também na cultura. Não há territórios competitivos que não tenham uma comunidade culta e uma comunidade com formação. Obviamente que os presidentes de junta também querem alcatrão e o alcatrão também é possível, e estamos a dar passos significativos nessa área, mas nós não podemos ter uma rede viária maravilhosa e depois um território amorfo sem pessoas aqui, sem fábricas a trabalhar, sem vitalidade, e é este compromisso que vamos assumir. Fazemo-lo com convicção e vamos continuar a investir na escola profissional e na escola secundária, e aqui não há partidos. Todas as pessoas estão convictas desta necessidade, caso contrário, não seremos competitivos.-----

Celina Sousa: o presidente diz que a aposta na educação é sempre uma boa aposta, embora os valores sejam bastante consideráveis. Será que as outras instituições ligadas à educação, por exemplo, no caso das IPSS, ou no apoio social, também precisarem de um apoio, nestes moldes, do Município, e sei que, neste caso, a Câmara é uma associada, mas se precisarem de um apoio nestes termos, a câmara também estará lá para apoiar? -----

Presidente da Câmara: a pergunta é pertinente, mas o que a Celina defende é apoiar, com cerca de setecentos mil euros, todas as instituições do concelho? Não vou elencar aqui todos os apoios que temos dado às instituições sociais, porque a Câmara tem dado apoio a todas as organizações que contribuem para o desenvolvimento de Paredes de Coura. Uns vão agora, depois virão outros de acordo com a pertinência, outras vezes com a pressão, muitas vezes com a situação grave de cada instituição, mas procuramos estar atentos a todas as situações.-----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): quando apresenta esta proposta de mais de dois milhões de euros, é para compensar o défice. Queria saber se esta comparticipação do Município é a única ou ainda crescem as comparticipações anuais e, ainda, se é suficiente para pagar o défice. -----
Esta aposta na educação é o caminho, não há como fugir se queremos ter gente qualificada a trabalhar no nosso concelho. Queria ainda dar os parabéns à ADEMINHO, e ao Dr. Miranda, pela forma como tem liderado a escola, na conquista de prémios e dar parabéns também pelos profissionais que tem formado no nosso concelho. -----

Presidente da Câmara: além disso, há uma quota de doze mil euros por ano que o Município vai continuar a pagar. Mas se quiser podemos também fazer essa análise. Isto são os compromissos que temos até agora e o que temos de fazer daqui para a frente é uma gestão que eu diria rigorosa, como tem sido feita. Vamos continuar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a investir, vamos fazer uma sala de robótica para os alunos e que sirva também para trabalhar com as empresas e para dar formação, pontual ou parcelar e obviamente que continuaremos a investir. Agora, no meio destas contas todas também não devem esquecer que, se formos a fazer o deve e o haver, só em património que nós temos, aquelas obras todas que foram feitas na escola profissional foram feitas com a comparticipação de fundos comunitários e todas as câmaras só pagaram 15% da obra. É evidente que o ensino profissional, apesar de ser financiado, está sob a dependência municipal. Era a mesma coisa que fazer a pergunta ao Governo, quanto é que o governo investe na escola secundária e também são muitos milhões por ano. Ou seja, se esta instituição é municipal, vamos ter de ser nós a fazer este esforço. Até agora, tratou-se de um processo de negociação duro, mas consensual, que até poderia levar a uma situação de impasse. Mas eu diria que a Câmara de Monção, que até nem tem afinidade ideológicas com o PS, todas as câmaras acharam que devia sair daqui um compromisso e, obviamente, tinha de haver um acordo que satisfizesse todas as partes e as pessoas sentissem que de facto era um bom acordo. O maior problema era o que acontecia até agora. Até agora, sabia-se que havia défice, mas não estava dividido. Agora está resolvido e cada um sabe dos seus encargos, o que permite à escola profissional ficar com maior estabilidade financeira, coisa que não acontecia porque a este défice acresciam juros altos. Atualmente as taxas de juros estão ótimas, mas há cinco anos os juros estavam a 5%. Este Governo não resolveu a situação, o anterior também não. Chega-se ao final do mês e é preciso pagar aos professores, pagar a luz, pagar as contas todas. Quem tem de transferir o dinheiro, não transfere. A escola fecha? Não. Qual é a solução? Recorrer à banca e, enquanto se recorre à banca e não vem o dinheiro, há ali um período de transição em que todos os dias estão a cair juros. Acontece o mesmo com o OUSAM e com o CLDS. O CLDS está inserido no OUSAM e o CLDS traz dificuldades acrescidas, não por má gestão, mas pelas transferências que não são feitas atempadamente para o OUSAM e impedindo-o de cumprir os compromissos assumidos. E isto é que leva, muitas vezes, as instituições a terem problemas, e isto acontece com as IPSS e com outras associações. E neste período que as instituições têm de sobreviver, recorrem à banca. -----

A partir do momento em que houve recuo demográfico e o número de professores ultrapassou as necessidades da escola, em consequência houve resolução de contratos em que a ADEMINHO teve de negociar, e bem, já que é um direito do Código do Trabalho. Resumindo, houve um desajustamento, o desequilíbrio demográfico, a mudança dos critérios de financiamento do Estado de custos reais por custos unitários e o problema das transferências fora de tempo. E vai ser preciso acorrer à banca para outras situações porque continuarão a existir atrasos. Só neste momento a ADEMINHO tem a receber um milhão e cem mil euros. Fechar a escola? Não. Temos de continuar vigilantes e, muitas vezes, fazer quase o impossível, estar atentos e com pressão política que é o que temos feito no sentido de as transferências serem feitas atempadamente. Assim, as instituições respiram de alívio, senão é sempre um problema. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação dos critérios da comparticipação financeira plurianual do Município e respetivo plano de pagamentos, na ADEMINHO, Associação para o desenvolvimento do Ensino e Formação Profissional do Alto Minho Interior. -----
O ponto nº 05 foi aprovado em minuta, por unanimidade, para efeitos imediatos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto n.º 06 - Intervenção do público.-----

----- **Não houve intervenções** -----

ENCERRAMENTO

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.-----